

Acrescenta o art. 98 ao Ato das
Disposições Constitucionais
Transitórias da Constituição
Federal.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO
FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal,
promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais
Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 98:

“Art. 98. O servidor da União, dos
Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,
incluídas suas autarquias e fundações, que tenha
ingressado no serviço público até 31 de dezembro
de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se
aposentar por invalidez permanente, com
fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da
Constituição Federal, tem direito a proventos de
aposentadoria calculados com base na remuneração
do cargo efetivo em que se der a aposentadoria,
na forma da lei, não sendo aplicáveis as
disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art.
40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos
proventos de aposentadorias concedidas com base
no *caput* o disposto no art. 7º da Emenda
Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,
observando-se igual critério de revisão às
pensões derivadas dos proventos desses
servidores.”

Art. 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as respectivas autarquias e fundações, procederão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, à revisão das aposentadorias, e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na redação dada ao § 1º do art. 40 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2012.

**MARCO MAIA
Presidente**